



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia da República
Deputado Eduardo Ferro Rodrigues

19-07-2019

Assunto: Envio do Relatório sobre a participação da Assembleia da República na LXI reunião da COSAC – Bucareste, 23 a 25 de junho de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Ferro Rodrigues,

Para os efeitos tidos por convenientes, junto envio a Vossa Excelência o Relatório sobre a participação da Assembleia da República na reunião da LXI COSAC, que decorreu em Bucareste, Roménia, entre os dias 23 e 25 de junho de 2019

Com os meus melhores cumprimentos, *de elevada consideração pessoal*

A Presidente da Comissão,

(Regina Bastos)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA LXI COSAC

Bucareste, 23 a 25 de junho de 2019

Delegação: Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Regina Bastos (PSD); os Senhores e Senhoras Deputadas Rubina Berardo (PSD), Berta Cabral (PSD), Vitalino Canas (PS), António Gameiro (PS) e Paulo Sá (PCP).

A Delegação foi acompanhada pelo assessor da Comissão de Assuntos Europeus, Filipe Luís Xavier, e pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Cristina Neves Correia.

Enquadramento

A Câmara dos Deputados da Roménia (*Deputaţilor*) e o Senado Romeno (*Senat*), no âmbito da dimensão parlamentar da respetiva Presidência do Conselho da União Europeia (UE), organizou, em Bucareste, nos dias 23 a 25 de junho de 2019, a LXI COSAC. Esta reunião contou com a participação dos Parlamentos nacionais (Pn), do Parlamento Europeu (PE), dos Parlamentos dos países candidatos e, com o estatuto de convidados especiais, dos Parlamentos da Islândia, Noruega, Suíça, Kosovo, conforme consta da lista de participantes. Todos os documentos da reunião estão disponíveis na [página do IPEX \(Interparliamentary EU Exchange\)](#).

Da agenda da reunião da LXI COSAC constavam os seguintes pontos:

Segunda-feira, 24 de junho

Sessão de abertura

A Conferência iniciou com o discurso de boas-vindas de **Florin IORDACHE**, Vice-Presidente do *Deputaţilor* romeno, e comentários introdutórios de **Angel TÎLVĂR**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, *Deputaţilor* romeno, e **Gabriela CREȚU**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, *Senat* romeno.

Angel TÎLVĂR, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, *Deputaţilor* romeno, deu as boas vindas aos participantes da LXI COSAC, declarando que o Parlamento



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

romeno apoiaria a próxima Presidência finlandesa, tal como as Presidências anteriores apoiaram a Presidência romena. Mostrou-se esperançado de que as discussões durante a reunião fossem bem-sucedidas e ajudassem a moldar as decisões sobre o futuro da Europa.

Gabriela CREȚU, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, *Senat*, lembrou a reunião dos Presidentes realizada em janeiro e o trabalho bem-sucedido, assim como as realizações alcançadas.

Florin IORDACHE, Vice-Presidente da *DeputaȚilor*, deu as boas-vindas aos participantes na LXI COSAC, um evento que marcava o fim da dimensão parlamentar da Presidência romena, destacando a celebração, este ano, do trigésimo aniversário da COSAC. A este respeito, salientou que a COSAC tinha contribuído durante todo este tempo para uma melhor coerência e responsabilidade das políticas da UE, salientando que a COSAC era a plataforma mais antiga e mais valiosa para a cooperação interparlamentar, um instrumento essencial para superar os desafios e expectativas dos cidadãos. Mencionou também o décimo aniversário do Tratado de Lisboa, que conferiu aos Pn e ao Parlamento Europeu um papel mais proeminente e melhores instrumentos para controlar a legislação europeia.

Florin IORDACHE recorreu então à Presidência romena do Conselho da UE, sublinhando os seus objetivos ambiciosos e determinação para ter sucesso. Como tal, referiu que os resultados tinham superado as expectativas, lembrando o impressionante número de processos legislativos encerrados durante os últimos seis meses e destacou que a Roménia tinha provado ser um parceiro consistente, previsível e confiável.

Passando à dimensão parlamentar desta Presidência, **Florin IORDACHE** descreveu a sua agenda, reforçando, ser repleta de temas e ações de importância estratégica para a UE. A este respeito, destacou a defesa, a ação externa e a segurança para os cidadãos europeus, a coesão, as estratégias macrorregionais e a agricultura, o crescimento económico, as questões sociais e orçamentais, bem como os debates sobre o futuro da UE. O tema principal foi a *Coesão: um valor europeu comum*, assunto que tinha surgido em muitos *workshops* e seminários organizados pela Presidência romena. Mencionou particularmente a conferência sobre o futuro da UE, que tinha terminado com uma declaração importante sobre a futura construção europeia: a Europa tinha que ser um ator global. De seguida, o **Florin IORDACHE** referiu-se à Semana



Comissão de Assuntos Europeus

Parlamentar Europeia, onde tinham sido tratadas questões económicas e orçamentais, e à LXI COSAC, salientando a elevada importância dos seus tópicos. Nesta ocasião, sublinhou que o comércio internacional era uma questão fundamental para a prosperidade da União e para o desenvolvimento de relações com parceiros externos, enquanto a educação e o progresso tecnológico tinham sido descritos como áreas suscetíveis de reforçar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar do futuro, especialmente graças aos jovens e suas ideias inovadoras.

Antes de terminar o seu discurso, **Florin IORDACHE** sublinhou que os Pn deveriam, mais do que nunca, ser ouvidos a participar no processo de decisão da UE, particularmente no contexto da eleição de novos líderes para as instituições da UE.

Angel TÎLVĂR tomou então a palavra para dar as boas vindas aos novos Presidentes que participam pela primeira vez numa reunião da COSAC, nomeadamente a Anneli OTT, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do *Riigikogu* estónio; Igor PEČEK, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do *Državni zbor* esloveno; Satu HASSI, Presidente do Grand Committee da *Eduskunta* finlandês; e Hayke VELDMAN, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do *Tweede Kamer* dos Países Baixos. **Angel TÎLVĂR** referiu-se ao mecanismo de co-financiamento, recordando que a Presidência romena enviara cartas aos Parlamentos/Câmaras, solicitando os seus contributos e que tinha recebido 29 cartas de resposta de quase todos os Parlamentos/Câmaras.

Questões processuais e matérias diversas:

- Informação sobre os resultados da reunião da Tróica presidencial da COSAC

Angel TÎLVĂR informou os participantes sobre os resultados da reunião da Tróica realizada no dia anterior, durante a qual a Tróica tinha chegado a acordo sobre um texto compromisso para o Projeto de Contribuição e o Projeto de Conclusões. Texto este que tinha sido distribuído às delegações na noite anterior.

- Apresentação do 31º Relatório Bienal da COSAC



Comissão de Assuntos Europeus

Angel TÍLVÄR convidou o Membro Permanente do secretariado da COSAC, Kenneth CURMI, a apresentar o 31º Relatório Bienal da COSAC, coligindo neste as respostas dos Pn ao respetivo questionário.

Kenneth CURMI fez uma breve referência aos três capítulos do relatório: o primeiro concentrou-se nas perspetivas das relações comerciais internacionais da União Europeia e no futuro das relações entre a União Europeia e o Reino Unido no contexto do *Brexit*; o segundo tratou o Espaço Europeu da Educação como um fator determinante para reformular e reforçar o mercado único; o terceiro e último capítulo abordou a economia baseada em inovações, progresso tecnológico e impacto social e o papel dos Pn na promoção da “Nova Economia” da União Europeia.

Cartas recebidas pela Presidência

Angel TÍLVÄR fez referência a todas as cartas recebidas pela Presidência, tanto antes como depois da reunião dos Presidentes, nomeadamente as cartas de Karin KELLER-SUTTER, Presidente da Delegação da EFTA / UE da Assembleia Federal Suíça; Tamar KHULORDAVA, Presidente da Comissão da Integração Europeia, Parlamento da Geórgia; Fabrice NOTARI, Presidente do Comité de Acompanhamento das Negociações com a União Europeia, e Stéphane VALERI, Presidente do Conseil National do Principado do Mónaco; Tone Wilhelmsen TRØEN, Presidente do Storting norueguês; Sra. Aslaug Arna SIGURBJÖRNSDÓTTIR, Presidente do Comité Permanente dos Assuntos Externos do Althingi Islandês; e da Deputada Blerta DELIUKODRA, Presidente da Comissão da Integração Europeia, Assembleia do Kosovo¹, sobre a participação na COSAC. Informou que após consulta com os parceiros da Tróica, tinham sido enviadas cartas de convite a estes e outros Pn. Assim deu conta das seguintes cartas:

- Carta de **Václav HAMPL**, Presidente da Comissão dos Assuntos da União Europeia do *Senát* da República Checa, solicitando à LXI COSAC que instasse as instituições europeias a tomar medidas relativamente à exclusão do período

¹ Esta designação não prejudica as posições relativas ao estatuto e está em consonância com a Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e com o parecer do Tribunal Internacional de Justiça sobre a declaração de independência do Kosovo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

de Natal/Ano Novo do prazo de oito semanas para a apresentação de pareceres fundamentados. **Angel TÍLVĀR** agradeceu à Tróica pela sua cooperação nesta questão;

- Carta de **L'uboš BLAHA**, Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus, *Národná rada* da Eslováquia, informando os participantes sobre a reunião do Grupo de Visegrado, realizada em Bratislava, de 16 a 18 de junho de 2019, e compartilhando as conclusões adotadas na reunião;
- Carta de **Tamar KHULORDAVA**, Presidente da Comissão para a Integração Europeia, Parlamento da Geórgia, solicitando a discussão da questão da segurança e soberania da Geórgia durante o LXI COSAC. **Angel TÍLVĀR** realçou que já teria informado a Deputada KHULORDAVA que a agenda e consequente ordem do dia já tinha sido aprovada pelo Parlamento romeno e também aprovada na reunião de Presidentes realizada em Bucareste no início daquele ano, o que significava que a questão não pôde ser incluída durante a reunião plenária. No entanto, a delegação georgiana teria a oportunidade de tomar a palavra durante o debate para levantar o tema;
- Carta de **Jean BIZET**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do *Sénat* francês, solicitando a discussão do trabalho voluntário de segurança civil (em relação à recente decisão “Matzak”) durante o LXI COSAC;
- Cartas de **Mairead McGUINNESS** e **Danuta HÜBNER**, Parlamento Europeu, indicando que não poderiam participar na reunião;
- Carta de **Pieter OMTZIGT** e **Renske LEIJTEN**, do *Tweede Kamer* holandês, convidando os delegados para uma discussão sobre transparência no Conselho.

Questões processuais

O projeto de texto da Contribuição e das Conclusões foi distribuído às delegações na terça-feira, 11 de junho de 2019. As alterações recebidas das delegações no prazo estipulado foram, juntamente com o texto inicial e várias propostas de compromisso elaboradas pela Presidência, incluídas numa tabela e submetido à Tróica.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Na sequência de uma análise pormenorizada de cada alteração proposta, a Tróica, com base nas propostas de compromisso da Presidência, redigiu um texto modificado das contribuições e distribuiu-o entre as delegações.

Angel TÎLVĂR informou ainda as delegações de que poderiam apresentar alterações adicionais ao texto de compromisso da Tróica até ao meio-dia de segunda-feira, 24 de junho. O texto de compromisso e quaisquer novas alterações seriam debatidos durante a reunião dos Presidentes dessa tarde.

Sessão I: Realizações da Presidência romena do Conselho da União Europeia

Oradores: **Viorica Dângilé**, Primeira-ministra da Roménia; **George CIAMBA**, Ministro-Delegado para os Assuntos da UE, Governo romeno; **Victor MICULA**, Secretário de Estado, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Governo romeno.

Presidente: **Angel TÎLVĂR**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, *Deputaților* romena.

Angel TÎLVĂR apresentou os oradores e deu a palavra à **Viorica DĂNCILĂ**, Primeira-ministra da Roménia.

Viorica DĂNCILĂ começou a sua intervenção agradecendo ao Parlamento romeno o seu apoio e envolvimento durante a Presidência do Conselho da UE e continuou, sublinhando que esta Presidência tinha confirmado o compromisso do seu governo em reforçar o projeto europeu. A este respeito, referiu-se não só ao trabalho, que considerou árduo, na resolução de ficheiros pendentes e no avanço das negociações sobre muitos outros, como o Quadro Financeiro Plurianual (QFP), particularmente em épocas de eleições europeias e desenvolvimentos do *Brexit*, mas também aos resultados concretos da Presidência romena.

Destacou o grande número de reuniões organizadas durante os últimos seis meses - mais de 1750, das quais mais de 60 foram a nível ministerial - e o seu resultado positivo para a vida dos cidadãos europeus. Como dossiês fechados com sucesso, mencionando o combate à desinformação e notícias falsas, melhorando o acesso à informação, melhorando a proteção de dados e aumentando a segurança dos cartões de identidade, protegendo as fronteiras externas e combatendo o terrorismo,

defendendo consumidores, notavelmente com respeito à qualidade do alimento, assim como assegurando equilíbrio trabalho-vida, igualdade entre homens e mulheres e igualdade de oportunidades para todos. Outro dossiê complexo fechado durante a Presidência romena foi o da segurança energética, que estava pendente nos últimos anos.

Viorica DĂNCILĂ mencionou igualmente as 56 conclusões do Conselho, adotadas em maio e junho de 2019, sobre as relações externas da UE, o combate ao terrorismo, as alterações climáticas, a educação, as estratégias regionais ou a política industrial. Ao mesmo tempo, sublinhou o empenho da Roménia em proteger os valores europeus e em enfrentar os verdadeiros desafios sociais. A este respeito, referiu-se aos eventos organizados pela Presidência para combater o anti-semitismo, o racismo, a xenofobia, o discurso de ódio e notícias falsas, expressando o desejo de que estas ações sejam continuadas pelas seguintes presidências.

Viorica DĂNCILĂ concluiu afirmando que a Presidência romena tinha impulsionado a agenda europeia de forma inclusiva, coesa e unitária, aproximado os cidadãos um pouco mais do processo decisório e assegurou que a Roménia continuaria a apoiar a consolidação da UE, e a melhorar as suas políticas de forma a promover a solidariedade e unidade em torno desta.

Angel TÎLVĂR deu a palavra ao **George CIAMBA**, ministro-delegado romeno para os assuntos da UE.

George CIAMBA agradeceu a todos os Pn e ao Parlamento Europeu o apoio consistente que, no final, permitiu que a Presidência romena tivesse êxito. De seguida, referiu-se à intensa atividade desta Presidência, tanto no que diz respeito aos atos legislativos como aos não legislativos, referindo explicitamente que sentia ter cumprido os seus objetivos. Afirmou também que a Roménia tinha agido de forma eficiente e, mais importante, como um *broker* honesto.

Referente às realizações da Presidência romena, **George CIAMBA** declarou que eram substanciais, não só em termos de quantidade mas também em termos de qualidade, apesar do contexto geral e dos desafios: eleições europeias, desenvolvimentos do *Brexit* e negociações sobre o futuro QFP.

A este respeito, **George CIAMBA** referiu-se a ações específicas tomadas pela Presidência para assegurar eleições livres e democráticas, para combater a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

desinformação e, em última análise, preservar os valores da UE. Essas ações tinham consistido notavelmente na melhoria da legislação eleitoral, a fim de combater o uso abusivo de dados pessoais no processo eleitoral, tinham-se baseado em lições aprendidas de experiências anteriores, como o caso *Cambridge Analytica*, e tinham sido duplicadas por medidas não legislativas destinadas a combater desinformação e garantir a proteção dos dados pessoais.

Mencionou o *Brexit*, salientando a dificuldade deste dossiê, em particular devido à sua incerteza, mas assegurou que todas as medidas legislativas tinham sido adotadas, de modo a que a UE e todos os restantes Estados-Membros estivessem preparados para uma potencial retirada do Reino Unido sem acordo.

Quanto ao próximo QFP, **George CIAMBA** mencionou que, em cada Conselho de Assuntos Gerais, havia um ponto específico na agenda em relação a este tópico e que bases sólidas para as futuras negociações já haviam sido estabelecidas. A este respeito, afirmou que o Conselho alcançou entendimentos comuns com o Parlamento Europeu sobre 10 propostas legislativas e que 12 abordagens gerais parciais foram acordadas a nível do Conselho.

George CIAMBA referiu-se também aos progressos realizados noutros dossiês importantes, como a energia e as alterações climáticas, o reforço e o aprofundamento do mercado único, a economia digital, a inteligência artificial e a estratégia industrial, a proteção social, a segurança e o alargamento.

Sobre as alterações climáticas, declarou que a Roménia pretendia desenvolver uma abordagem comum para uma estratégia a longo prazo, que tenha em conta não apenas objetivos ambientais ambiciosos, mas também as condições adequadas para uma transformação sustentável da economia europeia, bem como as necessidades e especificidades de cada Estado-Membro de forma a assegurar uma fase de transição socialmente justa e equilibrada.

No domínio da energia, **George CIAMBA** destacou a adoção da Diretiva do Gás, que proporcionaria um quadro jurídico previsível e representaria um importante valor acrescentado para a União da Energia. Mencionou também os esforços para facilitar a reflexão sobre o futuro Sistema Europeu de Energia, destinado a permitir a melhor transição possível para uma economia de baixo carbono.

No que diz respeito ao mercado único, **George CIAMBA** reafirmou o empenho da Roménia em preservar a sua integridade e as quatro liberdades fundamentais, enquanto na política industrial futura remete para as conclusões do Conselho que apelam a uma



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

estratégia global em consonância com a economia digital e com as expectativas de cidadãos e empresas.

George CIAMBA salientou igualmente as medidas essenciais tomadas para moldar o mercado único digital, nomeadamente através da adoção de conclusões do Conselho sobre o futuro de uma Europa altamente digitalizada após 2020. Simultaneamente, e para apoiar o sector empresarial, aumentando a sua produtividade, a competitividade e a inovação, a Presidência romena iniciou um diálogo que visava criar uma indústria europeia poderosa baseada na inteligência artificial.

Quanto aos aspetos sociais, **George CIAMBA** afirmou que o Conselho concluiu as negociações relativas à criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho e ao equilíbrio trabalho/vida dos pais e responsáveis, ao passo que, na segurança, sublinhou os progressos realizados no reforço da segurança interna da UE e na proteção as suas fronteiras externas. Como estes desenvolvimentos foram essenciais para a Roménia, o **George CIAMBA** referiu-se explicitamente à adoção de legislação que institui um corpo permanente da Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia com um máximo de 10.000 guardas de fronteira. Outro progresso que mencionou foi a interoperabilidade dos sistemas de TI no domínio da justiça e dos assuntos internos, o que melhoraria consideravelmente a troca de informações e a segurança na UE.

No que se refere às ameaças externas, **George CIAMBA** destacou as regras recentemente adotadas que permitem, pela primeira vez, à UE sancionar os autores de ciberataques contra a União ou os seus Estados-Membros.

George CIAMBA também se referiu ao alargamento, salientando que esta era uma das principais prioridades para a Roménia. A este respeito, sublinhou os esforços envidados para apoiar os países candidatos, nomeadamente convidando os seus representantes para reuniões e eventos organizados pela Presidência, promovendo a cooperação regional e incentivando a reconciliação entre as gerações mais jovens, especialmente dos países dos Balcãs Ocidentais.

Nas suas observações finais, **George CIAMBA** salientou que a Roménia tinha agido de forma eficiente e pragmática, demonstrando coragem e coerência na promoção do projeto europeu.

Angel TÎLVĂR abriu então o debate, tomando da palavra 24 oradores, muitos referindo-se à Política de Coesão e ao QFP. As intervenções centraram-se principalmente na coesão e nos orçamentos, na governação europeia, na segurança e no alargamento, e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

todos convergiram para reconhecer os esforços da Presidência romena no sentido de fechar tantos arquivos.

A Senhora Presidente da Comissão, Deputada **Regina Bastos**, deu início à sua intervenção, felicitando a Presidência romena pelo trabalho desenvolvido no semestre em curso que, na sua opinião, constitui "um período pleno de acontecimentos, desde o impasse do *Brexit* à realização das eleições europeias de maio."

Continuou, saudando a Presidência por ter escolhido dossiês importantes e ambiciosos e ter tentado cumprir com coragem a sua missão. Aludiu, em concreto, à centralidade do conceito de coesão como valor europeu comum, eleito pela Presidência, numa abordagem plenamente partilhada por Portugal, na medida em que a defesa do valor da coesão é crucial para alcançar os objetivos de uma Europa unida, solidária e focada no bem-estar dos nossos cidadãos.

Acrescentou que há que garantir a continuidade da agenda da convergência, que realça a necessidade de lutar contra as disparidades de desenvolvimento e os desafios da era digital, da inovação e das mudanças no mercado laboral daí decorrentes.

Aludiu, ainda, à abordagem solidária dos Estados em relação à questão das migrações, ao combate ao terrorismo e aos extremismos que, na sua opinião, constituem frentes da construção atual de uma Europa mais solidária e mais segura, que tem que ser determinada e corajosa no repúdio do racismo, da xenofobia e do populismo.

Considerou, igualmente, ser necessário manter na agenda europeia a questão do combate às alterações climáticas, que constituem uma das principais preocupações das gerações mais novas.

Aludiu, ainda, à necessidade de se concluir a União Económica e Monetária, bem como a prossecução do trabalho sobre o novo Quadro Financeiro Plurianual.

Terminou a sua intervenção, sublinhando que todos estes assuntos devem permanecer na agenda prioritária da UE, pois se não foram alcançados, podem gorar a confiança dos cidadãos.

O Senhor Deputado **Vitalino Canas** começou por felicitar a Presidência romena pelo seu êxito. Continuou, centrando a sua intervenção em dois pontos, não específicos da Presidência romena, mas um foco a nível europeu com impacto no futuro. Aludiu, assim, ao acordo alcançado no Eurogrupo para criar uma capacidade orçamental.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Algumas pessoas dizem que esta é uma preocupação apenas para alguns Estados-Membros, posição com a qual discorda, na medida em que a existência de um instrumento que nos permita compensar os desequilíbrios e os choques externos é importante para todos os Estados-Membros e não apenas para os do Eurogrupo. É também importante para o mundo, pois o euro necessita de mecanismos para assegurar e reforçar a sua estabilidade. Acrescentou que, apesar do acordo alcançado, subsistem ainda algumas questões que têm de ser plenamente abordadas, por exemplo, sobre as funções reais deste instrumento e o seu apoio financeiro. Por conseguinte, gostaria que o trabalho sobre esta matéria prosseguisse. Outro ponto abordado foi o da governação europeia. Salientou a importância do sistema Spitzenkandidaten, mas recordou que o mesmo nasceu num determinado contexto, sendo, talvez, desadequado nas atuais circunstâncias. Acrescentou que cumpre evitar uma cisão no Conselho e no Parlamento Europeu, sendo necessário encontrar um equilíbrio, que acomode não só os dois grandes grupos políticos, mas também um equilíbrio geográfico e de género, assegurando a capacidade de gerir a agenda europeia.

A Senhora Deputada **Rubina Berardo** começou por saudar todos os colegas e felicitar a Presidência romena. Continuou, sublinhando a necessidade do foco na política de coesão, como um instrumento mobilizador, que faz parte da diversidade da União, constituindo uma das forças do projeto europeu. Continuou, salientando que a União é vasta, ampla e com muitos desafios, reconhecendo que a diversidade de regiões dificulta o trabalho nas instituições, na medida em que as situações divergem entre o centro e a periferia. Continuou, sublinhando que a Delegação portuguesa apresentara uma proposta de alteração ao Contributo da COSAC, no sentido de reforçar o apoio à estratégia europeia para a Regiões Ultraperiféricas (RUPs), cujo fundamento se encontra no artigo 349.º do TFUE. Salientou a necessidade do desenvolvimento socioeconómico daquelas regiões de França, Espanha e Portugal, dificultado pela distância ao centro da União, bem como pelas condições geográficas e climáticas adversas. Defendeu a utilização de tecnologias inteligentes para ultrapassar barreiras e integrar as regiões ultraperiféricas na União, porque a distância é um problema no contexto da geoestratégia e do envolvimento no mercado único. A União deve garantir uma presença forte nas regiões ultraperiféricas. Aludiu ainda à importância desta questão no contexto das negociações do Quadro



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Financeiro Plurianual e do novo ciclo político. Terminou a sua intervenção, manifestando o desejo de não se construir uma Europa centrífuga e apelando a uma plena integração das regiões ultraperiféricas, aproveitando o seu enorme potencial de inovação.

Sessão II: Perspetivas das relações comerciais internacionais da União Europeia; O futuro das relações entre a União Europeia e o Reino Unido no contexto do "Brexit"

Oradores: **Rt Hon. Lord WHITTY**, Presidente do Subcomité do Mercado Interno da UE, Câmara dos Lordes do Reino Unido; **Luca JAHIER**, Presidente do Comité Económico e Social Europeu (CESE).

Presidente: **Gabriela CREȚU**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, *Senat* romeno.

Lord WHITTY, Presidente do Subcomité do Mercado Interno da UE da Câmara dos Lordes do Reino Unido, lamentou a posição ainda pouco clara do Reino Unido em relação ao *Brexit*. Afirmou que, como a delegação da Câmara dos Lordes do Reino Unido à conferência não incluiu nenhum delegado do Partido Conservador, as opiniões expressas podem não corresponder às do governo do Reino Unido. **Lord WHITTY** também observou que, considerando a determinação da UE em não mudar o acordo existente, bem como a provável relutância tanto da Câmara dos Comuns do Reino Unido quanto do futuro governo do Reino Unido em aceitar o acordo, uma saída deste da União Europeia regida pelo acordo negociado parecia improvável.

Lord WHITTY sublinhou a importância da fronteira irlandesa no contexto de uma saída do Reino Unido, sublinhando que uma fronteira aberta era um pré-requisito para apoiar o processo de paz irlandês. Argumentou, no entanto, que seria difícil estabelecer isso dentro das regras da União Europeia e do comércio internacional, observando que a questão havia-se tornado um ponto de séria contestação, em parte porque a solução oferecida no acordo de saída era que ou a Irlanda do Norte ou o Reino Unido, no seu conjunto, continuariam o alinhamento regulamentar com a UE. Salientou que as questões decorrentes da questão das fronteiras irlandesas constituíam uma das premissas em que a UE e o Reino Unido concordariam com um acordo de comércio livre e que, até agora, um alinhamento estreito com a UE tinha mais apoio no Reino



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Unido do que um modelo que implicaria maior divergência. Por último, sublinhou a necessidade de diplomacia entre a UE e o novo governo do Reino Unido e apelou a ajustamentos em ambos os lados, alertando que uma saída desordenada seria prejudicial tanto para a UE como para o Reino Unido, pelo que deveria ser evitada.

Luca JAHIER, presidente do Comité Económico e Social Europeu, analisou a posição da UE no domínio do comércio internacional, salientando que o espaço económico europeu, um dos maiores do mundo, foi uma das histórias de sucesso da UE e contribuiu para um aumento notável da riqueza europeia e para a capacidade dos europeus de trabalhar no estrangeiro. Elogiou o potencial da UE para determinar a agenda económica e social global por meio de acordos internacionais de comércio, observando que a União havia concluído 39 acordos comerciais com 69 países. **Luca JAHIER** salientou que a UE desempenhava um papel importante no reforço e desenvolvimento de novas práticas comerciais e na promoção de melhores normas sociais e ambientais no mundo. Sublinhou a importância de falar a uma só voz e enfatizou o papel da sociedade civil na promoção de questões ambientais e inclusão social. Além disso, argumentou que a adesão à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável deve se tornar uma estratégia abrangente para a UE.

Luca JAHIER sugeriu uma maneira construtiva de gerir o *Brexit* através do reforço de conexões entre grupos da sociedade civil. Prometeu, em nome do CESE, empenhar-se no reforço das sociedades civis e convidou a Comissão Europeia a cooperar estreitamente nesse sentido.

Durante o debate que se seguiu, 29 parlamentares tomaram a palavra. Nas suas intervenções, os parlamentares expressaram o seu apoio a relações estreitas entre o Reino Unido e a UE e reiteraram a necessidade de unidade entre os restantes 27 Estados-Membros. Os participantes pediram também uma solução que apoiasse o processo de paz da Irlanda e não comprometesse os princípios do mercado único da UE. Houve também um amplo consenso de que a UE deveria desempenhar um papel mais importante junto com as outras potências económicas globais, e a necessidade de permanecer unida no apoio ao sistema multilateral de comércio foi enfatizada.

O Senhor Deputado **Vitalino Canas** referiu que a saída do Reino Unido da União Europeia ainda é impossível de explicar tendo presente os desafios que enfrentamos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

presentemente. Se esta saída é inevitável, então seria necessário que a União Europeia permaneça unida, nomeadamente quando se tratava da solução da fronteira irlandesa. Referiu que a delegação da CAE tinha estado recentemente na Irlanda e tinha visto como era importante garantir que não houvesse uma fronteira física. Como Europa, precisamos manter-nos firmes e apoiar os nossos amigos na Irlanda em particular. Sublinhou ainda a importância dos acordos comerciais da união Europeia com o Japão e o Canadá, já assinados e em execução. Concluiu afirmando que era necessário finalizar o acordo do Mercosul o mais rápido possível.

Nas suas observações finais, **Luca JAHIER** argumentou que, sem confiança entre o Reino Unido e a UE, seria difícil estabelecer relações mutuamente benéficas no futuro. Também sublinhou o papel da UE na promoção de uma ordem internacional multilateral e manifestou a esperança de que a UE e a China encontrem um terreno comum na defesa do multilateralismo.

Nas suas observações finais, **Lord WHITTY** disse que o futuro governo do Reino Unido provavelmente buscaria ajustes no acordo de saída introduzindo limites ao mecanismo de proteção irlandês, observando, no entanto, que tal solução seria politicamente difícil de alcançar no Reino Unido e na Irlanda e também na UE. Destacou que era difícil ver como um acordo poderia ser alcançado em novembro, considerando a situação institucional atual tanto no Reino Unido quanto na UE. Finalmente, expressou a sua esperança de que a UE continuassem a colocar os seus valores no centro da sua agenda comercial.

Sessão III: O Espaço Europeu da Educação como fator impulsionador da reformulação e do reforço do mercado único

Oradores: **Vanessa DEBIAIS-SAINTON**, chefe da unidade responsável pelo ensino superior, Comissão Europeia; **Acad. Ioan DUMITRACHE**, Secretário-geral da Academia Romena

Presidentes: **Gabriela CREȚU**, Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus, *Senat* romeno.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Vanessa DEBIAIS-SAINTON, chefe da Unidade responsável pelo Ensino Superior, Comissão Europeia, referiu o ambicioso objetivo da UE de criar um Espaço Europeu da Educação até 2025, com o objetivo de permitir que todos os jovens recebam a melhor educação e formação e empregos em todo o continente. Este objetivo englobava os seguintes objetivos:

- promover o tempo gasto no exterior para estudar e aprender como padrão;
- reconhecimento de diplomas de escolas e de ensino superior em toda a UE;
- garantir que o conhecimento de duas línguas além da própria língua materna se torne a norma;
- garantir o acesso a uma educação de alta qualidade para todos, independentemente da sua origem socioeconómica;
- garantir que as pessoas desenvolvam um forte sentido da sua identidade como europeus, bem como do património cultural e da diversidade da Europa;
- a promoção da aprendizagem ao longo da vida, incluindo um novo quadro de qualidade para os cuidados na primeira infância.

Vanessa DEBIAIS-SAINTON declarou que este objetivo devia ser aplicado em conformidade com o artigo 165.º do Tratado de Lisboa, segundo o qual a União contribuiria para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, incentivando a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiando complementando a sua ação, respeitando plenamente a responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo do ensino e pela organização dos sistemas educativos e a sua diversidade cultural e linguística.

Vanessa DEBIAIS-SAINTON enfatizou que a educação nunca esteve tão alta na agenda política da UE como era atualmente. Referiu-se em especial à proposta da Comissão de duplicar o financiamento do programa Erasmus para 30 mil milhões de euros no próximo orçamento da UE a longo prazo para 2021-2027, alargando o financiamento não só ao ensino superior, mas também ao ensino profissional, aos alunos e às aprendizagens no âmbito do programa. Referiu-se também aos esforços para desenvolver as universidades europeias, estabelecendo redes de universidades existentes para impulsionar a cooperação transfronteiriça e promovendo a inovação e a excelência, reforçando assim a competitividade. Finalmente, apontou que, embora a inteligência artificial e a tecnologia digital pudessem contribuir para pedagogias



Comissão de Assuntos Europeus

inovadoras e inclusivas, elas também poderiam criar uma lacuna de habilidades que os sistemas educacionais deveriam abordar. A esse respeito, enfatizou a importância dos mestrados em inteligência artificial, alfabetização inicial em informática, investimentos em infraestrutura de TI e na qualidade das escolas e treinamento dos professores.

Acad. Ioan DUMITRACHE, Secretário-geral da Academia Romena, referiu-se à mudança de paradigma no sistema educacional e na política. Referiu-se à necessidade de uma abordagem holística aos desafios da nova revolução industrial que representava a sociedade digital. Daí a importância de que a educação atenda a essas novas necessidades. Com vista a manter a competitividade da Europa, defendeu a literacia digital e a educação inteligente como os novos paradigmas na área da educação.

No debate que se seguiu, tomaram da palavra 26 parlamentares. Nas suas intervenções, os parlamentares expressaram o seu apoio ao Espaço Europeu da Educação, salientando as responsabilidades dos Estados-Membros nesta área.

O Senhor Deputado **Paulo Sá** lamentou os efeitos negativos das imposições orçamentais da União Europeia no investimento público em educação. As instituições da União Europeia proclamam, frequentemente, que a educação e a cultura são pilares essenciais à construção de sociedades inclusivas e coesas, além de constituírem fatores de grande importância para o crescimento económico, a criação de emprego e a justiça social. Mas estas bonitas proclamações esbarram com as imposições orçamentais da União Europeia, as quais limitam a capacidade de os Estados-membros darem respostas adequadas às necessidades na área da educação e da cultura, assim como noutras áreas sociais, como na saúde, na proteção social e na habitação. Em Portugal, o Estado Social tem sido posto em causa pelas exigências da União Europeia de redução acelerada do défice e da dívida pública. Em resultado dessas exigências, o investimento público é o mais baixo dos últimos 45 anos. O baixo nível de investimento tem dramáticas consequências no funcionamento do sistema público de educação, levando à sua degradação. Na cultura, o panorama não é melhor, com o encerramento de serviços e estruturas culturais e com a redução da oferta. Estes problemas não se resolvem com bonitas proclamações, como aquelas que costumamos ouvir das instituições da União Europeia. Resolvem-se estabelecendo como prioridade a efetivação dos direitos



Comissão de Assuntos Europeus

sociais dos cidadãos, o que implicaria, pelo menos no caso de Portugal, romper com as imposições e restrições orçamentais impostas pela União Europeia.

Nas suas observações finais, **Vanessa DEBIAIS-SAINTON** afirmou que não se questionava o princípio da subsidiariedade e assegurou aos colegas que o projeto do Espaço Europeu da Educação, que promove a cooperação e a coordenação, estava em conformidade com o artigo 165º do Tratado de Lisboa. Salientou que o investimento era fundamental e esperava que as principais decisões em matéria de investimento fossem acordadas na reunião do Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros + Educação) da UE em 8 de novembro de 2019. Referindo-se à questão da habitação estudantil levantada pelo **KRUUSIMÄE**, de fato, uma questão e concordou que mais apoio deveria ser fornecido não apenas às Universidades, mas também aos conselhos locais. Finalmente, ela apoiou totalmente a questão levantada pelo **SELIN**, enfatizando a necessidade de promover mulheres e meninas em estudos e pesquisas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática).

Nas suas observações finais, **Acad. Ioan DUMITRACHE** recordou aos participantes que a próxima geração de jovens trabalharia numa economia e sociedade digitais, daí a necessidade de orientar as necessidades de educação para a digitalização da economia, que representava a nova revolução industrial, nomeando em particular artificial inteligência, robótica e outras tecnologias relacionadas.

Reunião de Presidentes das Delegações à COSAC

Nesta fase da reunião os Presidentes das Delegações procederam à discussão e votação do texto final das conclusões e do contributo da LXI COSAC.

No que concerne ao contributo, cumpre registar um grande esforço da Presidência romena, no sentido de acomodar as diversas propostas de alteração de forma consensual.

Angel TÎLVĂR informou os participantes que o projeto de conclusões e contribuições tinha circulado pelas delegações na terça-feira, 11 de junho de 2019. Desde então, a Presidência tinha recebido alterações dos Pn e, após a discussão durante a reunião da Tróica no dia anterior, as delegações tinham recebido um documento modificado, bem



como as alterações apresentadas até ao fim do meio-dia desse dia. Referindo-se às orientações relativas à adoção da contribuição e às conclusões, sublinhou que, nos casos em que as alterações não tinham sido reenviadas no texto da Tróica, considerou-se que o consenso tinha sido alcançado.

Angel TÍLVĀR explicou o sistema de votação, lembrando aos participantes que cada parlamento tinha dois votos com a divisão dos votos para os parlamentos bi-camerais. Na sequência de alguns debates, foram acordados o projeto de conclusões e um texto alterado do projeto de Contribuição do LXI COSAC.

Nesta fase da reunião os Presidentes das Delegações procederam à discussão e votação do texto final das conclusões e do contributo da LXI COSAC. De referir, que a Delegação portuguesa reuniu previamente, tendo analisado, em conjunto, o texto-base e as propostas de alteração, pelo que as posições defendidas pela Presidente da CAE traduziram o previamente acordado entre todos os membros da Delegação.

No que concerne às conclusões, não há debate a registar, tendo sido aprovado o texto apresentado pela Tróica.

Já no que respeita ao contributo², foi a proposta da Tróica debatida ponto a ponto, em conjunto com as propostas de alteração apresentadas pelas diversas delegações. Em todos os casos de falta de consenso, foi o texto aprovado por votação, que decorreu nos termos do art.º 7.º do Regulamento da COSAC.³

De salientar, que a Delegação portuguesa apresentou, inicialmente, uma proposta de aditamento ao ponto 2, que pretendeu salientar a questão das Regiões Ultraperiféricas (RUPs) no contexto da política de coesão, com o seguinte teor:

2.4

COSAC expresses its support for the strategy outlined by the Outermost Regions of the EU within the context of the future of the EU's Cohesion Policy, particularly in light of the

² Versão final disponível em http://www.parl2019ro.eu/eu/HTP_BLOB?id=4132&tip=pdf&bib=3

³ De acordo com o n.º 6 do art.º 7.º cada delegação dispõe de dois votos, que contam para a maioria qualificada de 3/4 de votos expressos, que deve corresponder, a pelo menos metade do total de votos, conforme previsto no n.º 5 exigida para aprovação dos textos. Regulamento disponível em: http://www.cosac.eu/documents/basic-texts/rules-of-procedure-of-the-cosac/c_22920110804pt00010006.pdf



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

necessary compensation for the constraints arising from the geographical remoteness of these regions. Furthermore, the potential of the Outermost Regions is still untapped and more investments are needed to convert these regions into innovation hubs that foster growth and jobs, while reinforcing the EU's strategic position globally.

Numa primeira fase, a proposta de alteração foi rejeitada, na reunião do trio de Presidências, ocorrida na véspera do início da Conferência. A proposta foi novamente apresentada pela Delegação portuguesa, até às 12:00h de segunda-feira, dia 24 de junho. Simultaneamente, foram feitas diligências junto do trio de Presidências (Áustria, Roménia e Finlândia), sensibilizando os seus membros para os condicionalismos das duas RUPs portuguesas, Açores e Madeira. A Presidência romena apresentou então uma alternativa de texto ao ponto 2.3., com uma referência expressa às RUPs, opção que foi acolhida pela Delegação portuguesa, como um compromisso aceitável e passível de ser aprovada pelas restantes Delegações. Durante a reunião de Presidentes, a Presidente da CAE defendeu a inserção da referência às RUPs, com base no art.º 349.º do TFUE e na Estratégia europeia para estas regiões, não se tendo registado a oposição à referência às RUPs no contexto da política de coesão.

O texto final do contributo pode ser acedido em:
http://www.parl2019ro.eu/eu/HTP_BLOB?id=4132&tip=pdf&blb=3

Terça-feira, 25 de junho

Sessão IV: Economia baseada na inovação, progresso tecnológico e impacto social na União Europeia; o papel dos Pn na promoção da "nova economia" da UE

Oradores: **Elżbieta BIENKOWSKA**, Comissária responsável pelo Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME, Comissão Europeia; **Remus PRICOPIE**, Reitor da Universidade Nacional de Estudos Políticos e Administração Pública - SNSPA; **Ştefan-Radu OPREA**, Ministro do Ambiente, do Comércio e do Empreendedorismo do Governo romeno

Presidentes: **Angel TÎLVĂR**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, *Deputaţilor*, romeno.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Angel TÎLVĂR deu início à sessão, apresentando os três principais oradores, dando a palavra a **Elżbieta BIENKOWSKA**, Comissária responsável pelo Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME, Comissão Europeia, que fez a sua intervenção via mensagem de vídeo.

Depois de se desculpar pela sua ausência, **Elżbieta BIENKOWSKA** salientou que a economia atual estava a mudar com velocidade crescente, o que significava que a UE e os seus Estados-Membros precisavam de ser ágeis para se manterem informados. Ilustrou a sua declaração abordando três cenários. Como primeiro exemplo, referiu-se à necessidade de criar empregos para substituir os empregos suprimidos. Os governos nacionais, os sistemas de educação e as empresas tinham que se certificar de que as pessoas pudessem adquirir as habilidades necessárias.

Em segundo lugar, salientou a importância de adotar e liderar a mudança tecnológica reunindo recursos por toda a Europa para construir massa crítica, razão pela qual a Comissão ajudava a estabelecer uma cooperação mais estreita entre os Estados-Membros e os parceiros industriais em cadeias de valor estratégicas que o sucesso da iniciativa da bateria poderia ser construído. Neste contexto, **Elżbieta BIENKOWSKA** sublinhou a decisão da Comissão da UE de seguir uma abordagem semelhante para outras cadeias de valor estratégicas, como os veículos ligados, limpos e autónomos, a indústria de baixo carbono e as tecnologias e sistemas de hidrogénio.

Como terceiro e último exemplo, **Elżbieta BIENKOWSKA** referiu-se à sustentabilidade e à importância de se mudar para uma economia de baixo carbono, abordando os impactos no meio ambiente e lutando contra a mudança climática. Afirmou que, se a Europa pudesse liderar essa mudança, isso levaria a mais e melhores empregos para as gerações vindouras e uma hipótese para o nosso futuro bem-estar e para manter a vantagem competitiva. Concluiu as suas observações salientando que responder a esses desafios não se referia às decisões de cima para baixo em Bruxelas, mas sim ao diálogo e à discussão, bem como ao empenho conjunto e esforços conjuntos da indústria, instituições da UE, autoridades nacionais e regionais e especialmente Pn.

Remus PRICOPIE, Reitor da Universidade Nacional de Estudos Políticos e Administração Pública - SNSPA, iniciou o seu discurso destacando os diferentes ângulos a partir dos quais a inovação e a competitividade poderiam ser abordadas. **Remus PRICOPIE** afirmou que, para ele, a competitividade era a percepção de que era



Comissão de Assuntos Europeus

necessário ter pessoas com competências e que tinha de investir nesta educação desde o início, salientando que hoje a digitalização era um dos principais componentes do PIB romeno.

Continuou dizendo que se as pessoas não olhassem para a educação de maneira apropriada, erros aconteceriam. Este foi especialmente o caso porque a definição de educação tinha mudado, sendo desenvolvimento pessoal, cidadania e mercado de trabalho. **Remus PRICOPIE** apontou como os pilares mudaram nas últimas décadas, mudando de um nível puramente nacional para um mais global. **Remus PRICOPIE** sublinhou ainda que o modo como cada país geria a educação tinha de ser respeitado, como diversidade, tradição e história. Mesmo assim, apenas o diálogo entre os diferentes países, através de programas como o Erasmus +, poderia garantir competitividade e qualidade.

Remus PRICOPIE sublinhou ainda mais o aniversário de 20 anos da criação do processo de Bolonha, já que era agora possível falar de um espaço comum de educação que era maior do que a UE. Concluiu afirmando que a próxima Comissão tinha um papel importante em encontrar uma maneira de aumentar a importância da educação em Bruxelas e esperava que os resultados do projeto universitário europeu, que seria anunciado no dia seguinte, fossem apenas o começo.

Ştefan-Radu OPREA, Ministro do Ambiente, do Comércio e do Empreendedorismo, do Governo romeno, apresentou uma das realizações da Presidência romena em matéria de comércio, nomeadamente a conclusão das negociações e a assinatura pela União Europeia da República do Vietname do Acordo de Comércio Livre e do Acordo de Proteção ao Investimento. Salientou que, através destes instrumentos, os valores europeus poderiam também ser exportados, dando como exemplo a ratificação de todas as disposições da Organização Internacional do Trabalho pela parte vietnamita. Solicitou que os Pn seguissem o calendário acordado com a parte vietnamita, a fim de ratificar o Acordo de Proteção ao Investimento.

Ştefan-Radu OPREA sublinhou a importância da inovação e o papel decisivo dos Pn na economia. Afirmou que era importante encontrar um equilíbrio na quantidade de regulamentação, para proteger os direitos dos cidadãos europeus, mas, ao mesmo tempo, permitir que a criatividade prosperasse.

Referindo-se aos recentes desenvolvimentos da Nova Economia, **Ştefan-Radu OPREA** apontou duas propostas apresentadas durante a Presidência romena.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

A primeira proposta tratava da revisão da Lei das Pequenas Empresas, para incluir a digitalização nos seus princípios, a fim de colocar as PME num limiar competitivo.

Em segundo lugar, **Ștefan-Radu OPREA** sublinhou a importância das novas empresas no desenvolvimento do mercado da digitalização, bem como das indústrias criativas. Neste contexto, para se manter europeu, tinha sido necessário criar um mecanismo de monitoramento capaz de selecionar as start-ups com potencial, usando as redes existentes, como a rede de incubadoras, e então usar fundos da InvestEU ou atrair capital de risco para capitalizar essas start-ups.

Na sua opinião, a UE deve garantir que a inovação ocorra na Europa, citando imediatamente um obstáculo prático para isso: a atual fragmentação da legislação estaria prejudicando as empresas inovadoras no seu desenvolvimento.

Trinta e um participantes intervieram no debate que se seguiu, considerando a questão da educação e inovação como uma questão crucial.

A Senhora Deputada **Berta Cabral** referiu que após as recentes eleições europeias, os objetivos políticos em matéria de uma Europa mais inteligente, mais digital, mais inovadora, mais empenhada no combate às alterações climáticas, deveriam abranger toda a Europa, em especial as zonas do continente mais vulneráveis e menos desenvolvidas. Mencionou especificamente e em particular as regiões ultraperiféricas, regiões da França, Espanha e Portugal. Estas prioridades são cruciais para essas regiões e deviam ser implementadas nos termos do artigo 349.º do TFUE. A nova economia é essencial para o desenvolvimento destas regiões, cobrindo a barreira da distância, melhorando a digitalização e a tomada de decisões. Sem coesão não pode haver união. Assim, estas regiões deveriam ter prioridade na política de coesão, na PAC e nos programas que tratam de sectores específicos nos termos do artigo n.º 349 do TFUE. Também é necessário manter os níveis de financiamento em 85% do valor total do investimento público. Só assim estas regiões podem alcançar níveis de convergência com o PIB Europeu e reforçar a posição estratégica da UE a nível global. Por último, mencionou a proposta de alteração dos contributos da COSAC que a delegação Portuguesa tinha apresentado, estando certa de que colheria o maior apoio daquele plenário.

O Senhor Deputado **António Gameiro** começou por referir que é negativo estarmos a debater algo que mudará tão rapidamente com o novo QFP. Era necessário salvaguardar os fundos em todos os Estados-membros enquanto estávamo-nos movendo para uma nova era. Era necessário investimento de forma a impulsionar fortemente a economia. Deu o exemplo da participação nas eleições parlamentares mais recentes, em que o resultado não tinha sido tão bom quanto se esperaria. Era necessário um quadro fiscal adequado para investir em todas as áreas, nomeadamente no meio ambiente e criando condições às novas gerações. O Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e o Conselho tinham um controlo total de todas as agendas no momento. Era necessário seguir em frente e ser mais ambiciosos.

Adoção das Contribuições e Conclusões da LXI COSAC

Os textos das contribuições e das conclusões da LXI COSAC foram aprovados por unanimidade sem alterações.

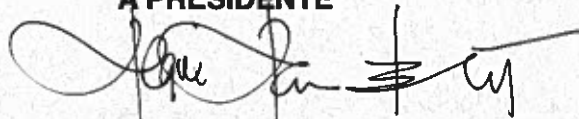
Angel TÍLVÄR agradeceu a todos os envolvidos no sucesso da reunião, incluindo o Secretariado da COSAC, os intérpretes e o pessoal parlamentar, encerrando a conferência.

A documentação disponibilizada na LXI COSAC encontra-se disponível para consulta no sítio da COSAC em:

http://www.parl2019ro.eu/eu/dp.events?id_evn=7&idl=2

Palácio de São Bento, 17 julho 2019

A PRESIDENTE



(REGINA BASTOS)

